

# 81,4% rejeitam retorno ao trabalho presencial, diz pesquisa aplicada pelo SINTRAJUFEPI

Com o objetivo de consultar servidores e servidoras sobre o retorno presencial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Piauí (Sintrajufe/PI), promoveu uma Pesquisa on-line na categoria, no período de 01 a 05 de agosto de 2021. O resultado do Estudo revela rejeição de 81,4% ao retorno presencial, publicado por meio do ATO GP 92/2021, que determina o retorno de até 50% do efetivo ao trabalho presencial.

A iniciativa do sindicato busca contribuir e democratizar o debate sobre o tema, realizando algo que a administração do Tribunal deveria ter feito antes de adotar medidas que afetam diretamente a segurança e a vida do conjunto de servidores e funcionários do órgão.

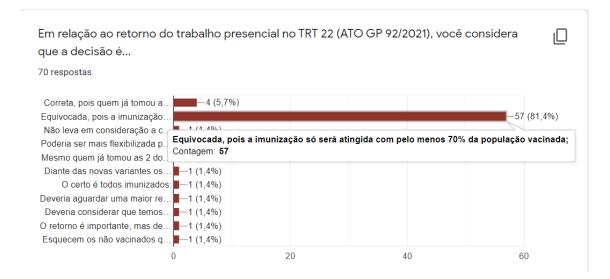
Anualmente, as sucessivas presidências do TRT realizam pesquisas climáticas e de outras temáticas mais amenas, mas nenhuma delas trata do maior bem que temos: as pessoas, os recursos humanos, a satisfação no trabalho, a saúde física e mental. Inclusive, a atual gestão, em particular, está primando por uma postura autoritária e de mão única. Simula diálogo, mas só simula. E acabam por dialogar somente consigo mesma.

A Pesquisa on-line sobre o retorno presencial no TRT 22 expõe que os servidores e servidoras do TRT 22 acreditam ser melhor nesse momento de pandemia, no qual o Brasil chega à marca 563,7 mil vítimas de Covid, com média móvel 900 mortes diárias. O Estudo colheu 70 (setenta) respostas, durante o período de 01 a 05 de agosto, representando aproximadamente 25% do quadro de pessoal. Para a Diretoria do Sintrajufe Piauí, o contingente de participantes revela que a amostragem é significativa.

Um aspecto relevante, conforme destaca a Pesquisa é que a decisão pelo retorno é absolutamente unilateral. Abaixo, os elementos principais do questionário são pontuados. Confira:

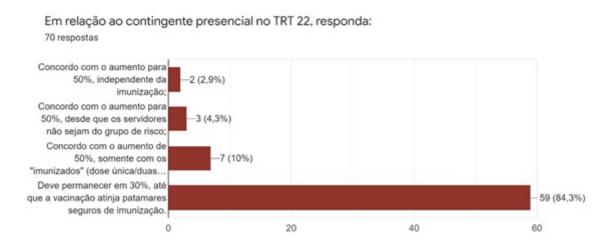
#### 1. RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL

Conforme a retrata o Gráfico a seguir, 81,4% dos pesquisados pronunciaram-se contra o retorno ao trabalho presencial, na forma, data e condições estipuladas pelo ATO GP 92/2021, ante 5,7%, que concordam e 12,9%, com respostas diversas;



#### 2. QUANTITATIVO DE PESSOAS EM TRABALHO PRESENCIAL

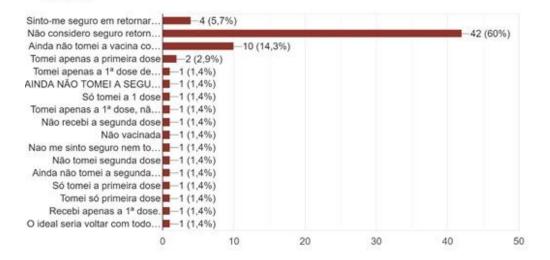
A seguir, o percentual de 84,3% dos participantes consideram que a lotação física não deveria ultrapassar a 30% do quadro de pessoal, como já vem ocorrendo, e apenas 2,9% acham necessário o retorno de até metade dos servidores. Os demais deram outras respostas;



## 3. RETORNO PRESENCIAL SÓ DO(A)S IMUNIZADO(A)S

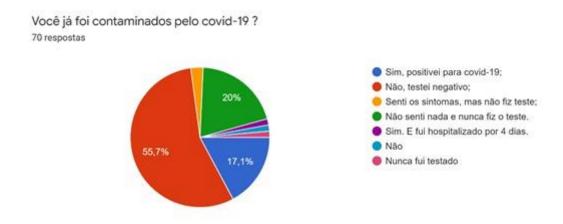
Dados apontam que 60% de quem teoricamente encontram-se imunizado(a)s, declaram-se inseguro(a)s para retornarem já ao trabalho; 5,7% afirmam estarem seguro(a)s para trabalhar; 14,3% ainda não tomaram nem a primeira dose da vacina e o restante foram respostas diversas;

Responda caso tenha recebido a dose única ou já tenha tomado a segunda dose da vacina contra a Covid-19
70 respostas



### 4. PERCENTUAL DE QUEM JÁ CONTRAIU COVID-19

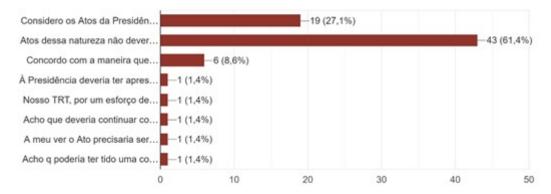
A Pesquisa revela que 55,7% afirmam ter testado negativo alguma vez; 17,1% testaram positivo e 20% nunca fizeram teste; o restante, respostas diversas.



#### 5 – QUANTO À FORMA DE TOMADA DE DECISÃO

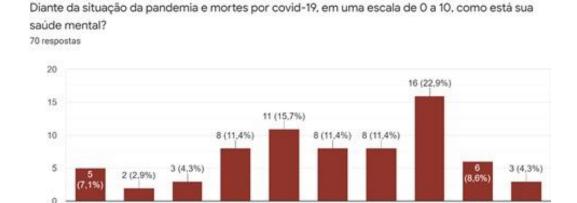
Diante deste ponto, 61,4% dos entrevistados consideraram que faltou diálogo da administração com a representação dos trabalhadores(as) na elaboração da política de retorno ao trabalho presencial, somados a 21,7% que consideram o ato da presidência unilateral, o que perfazem um total de 88,5% de servidores(as) rejeitando a forma autoritária da presidente gerir a administração; 8,6% das respostas consideraram ter sido correta a forma e o método da presidência;

Opine quanto a forma de decisão do TRT 22, presente no ATO GP 92/2021. 70 respostas



#### 6. SAÚDE MENTAL

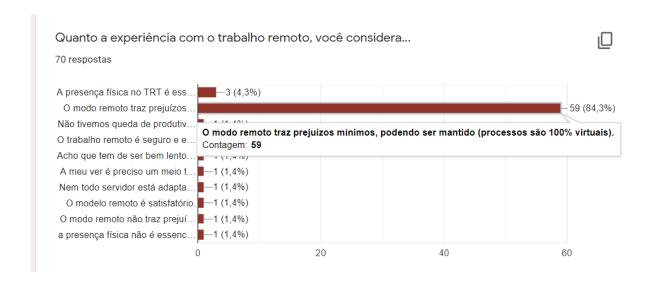
Considerando a escala de 0 a 5 como muito prejudicial e 6 a 10 com pouco ou nenhum prejuízo, o contingente de 37,21% dos servidores(as) responderam ter sido muito afetados em sua saúde mental durante a pandemia; e 62,79% tiveram a sua saúde mental pouco afetada ou com nenhum prejuízo;



#### 7. PREJUIZOS CAUSADOS AO TRIBUNAL PELO TRABALHO REMOTO

10

O percentual de 94,3% das respostas afirma que o Tribunal sofreu prejuízos mínimos com trabalho remoto, em face de que seus processos são todo eletrônicos e podem ser acessados e movimentados à distância por servidores, magistrados e advogados; 4,3% consideram ser essencial a presença física para que a máquina judiciária funcione a contento.



## **CONCLUSÃO**

Diante dos dados apresentados, o SINTRAJUFE Piauí reafirma que somente ouvindo os servidores e servidoras abertamente, é possível implementar um processo de retorno ao trabalho presencial, com a defesa da vida e da segurança no trabalho, além de promover a necessária democratização no ambiente de trabalho.

O resultado da Pesquisa sobre o retorno ao trabalho presencial no TRT 22 Região será encaminhado à presidência e a toda administração do órgão, além de também ser peticionada a juntada da mesma no Mandado de Segurança impetrado no TRT, distribuído para o Desembargado Manoel Edilson.

TRABALHO SE REPÕE, VIDAS NÃO!!!

A ÚNICA LUTA QUE SE PERDE É AQUELA QUE SE ABANDONA!!!

SINDICATO É PARA LUTAR!!!